

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO INSTITUCIONAL

**MINUTA**

**ACORDO DE ADESÃO**

**Acordo de Adesão[órgão ou entidade pública federal] nº XX/20XX**

O(A) [**órgão / entidade pública federal, estadual ou municipal ou ente privado]**, com sede em xxxxxx, no endereço xxxxxx -xxxxxx, inscrito no CNPJ/MF nº xxxxxxxx, neste ato representado pelo [Ministro de Estado ou Dirigente Máximo da Entidade xxxxxxxx, nomeado por meio de Decreto ....., publicado no Diário Oficial da União em xx de xxxxx de 20xx, portador da matrícula funcional nº xxxxx OU [pelo(a) seu (sua) Presidente, o Sr. (a) xxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da entidade OU procuração apresentada nos autos], **resolve**

**FIRMAR** o presente **ACORDO DE ADESÃO**

tendo em vista o que consta do Processo n. xxxxxx e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024, da legislação correlacionada a política pública, mediante as cláusulas e condições a seguir:

**Nota Explicativa 1:** O Acordo de Adesão fundamenta-se no art. 184 da Lei nº 14.133, de 2021, que expressa que se aplica a mencionada Lei “*no que couber e na ausência de norma específica, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração Pública, na forma estabelecida em regulamento do Poder Executivo federal*”.

Regulamentando o dispositivo, o Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023, estabelece que:

*Art. 24. Os órgãos e as entidades da administração pública federal poderão celebrar, a título gratuito, sem transferência de recursos e doação de bens materiais, os seguintes instrumentos de cooperação para execução descentralizada de políticas públicas de interesse recíproco e em mútua colaboração:*

*(...)*

*II - acordo de adesão, na hipótese de o objeto e as condições da cooperação serem previamente estabelecidos pelo órgão ou pela entidade da administração pública federal responsável por determinada política pública.*

O instrumento ainda é regulamentado pela Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024.

**Nota Explicativa 2:** A iniciativa para formalização do acordo de adesão deverá ser do partícipe interessado, mediante comunicação ao órgão ou entidade da administração pública federal responsável por determinada política pública.

**Nota Explicativa 3:** Em atendimento à aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados nos modelos de convênios, excluiu-se do preâmbulo informações da residência e documento pessoal da autoridade que representa o participe, sendo estes dados substituídos por sua matrícula funcional, em caso de órgão/ente público; ou atos constitutivos da entidade ou procuração apresentada nos autos, nos casos de entidade privada (Parecer n. 00001/2024/CNCIC/CGU/AGU – NUP 25000.0107296/2023-14).

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O objeto do presente Acordo de Adesão é a execução de (descrever o produto final do acordo, de forma completa e clara, de modo a não suscitar duplicidade de interpretação).

**Nota Explicativa 1:** O objeto do Acordo de Adesão pode abranger uma infinidade de atividades, que possuam condições padronizadas e previamente estabelecidas.

A título exemplificativo, a Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024, destaca:

*I - sistemas tecnológicos da administração pública federal;*

*II - soluções de gestão, programas ou ações da administração pública federal;*

*III - eventual acordo de cooperação técnica celebrado, cuja execução tenha previsão ou necessite da adesão de outros partícipes; ou*

*IV - outras hipóteses com condições padronizadas e previamente estabelecidas, em que o órgão ou a entidade federal entender cabível a utilização do acordo de adesão.*

Como outros exemplos, convém citar: a realização de pesquisas; a promoção de atividades conjuntas de educação; a troca de informações e dados úteis e/ou necessários para os desempenhos das competências; a elaboração de diagnósticos e relatórios, dentre outros.

**Nota Explicativa 2:** A descrição do objeto deve ser objetiva, clara e precisa, de modo a se evidenciar o interesse público e recíproco dos envolvidos na parceria.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE ADESÃO OU DA NORMA JURÍDICA QUE REGULAMENTA A POLÍTICA PÚBLICA**

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes buscarão seguir o plano de adesão *[ou norma que discipline a presente parceria dentro de determinada política pública]* que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de Adesão, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acata o partícipe aderente.

**Nota Explicativa 1**: O art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, aplicável subsidiariamente por força do dispõe o seu art. 184, impõe a observância do princípio do planejamento. O planejamento pode ser materializado, por exemplo, no próprio Acordo de Adesão, mediante cláusulas obrigacionais detalhadas, hipótese que esta cláusula segunda poderá ser suprimida.

Outra possibilidade é que fase do planejamento se materialize em outro documento, que será integrante do presente Acordo de Adesão, por força da cláusula acima, que deverá, neste caso, estar presente no instrumento.

Este outro documento poderá ser, a título exemplificativo, um Plano de Adesão, uma norma jurídica que disciplina a parceria dentro de determinada política pública ou instrumento afim.

Na hipótese de adesão em um Acordo de Cooperação Técnica já existente (art. 11, parágrafo único, III, da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024) não será necessário este documento, pois haverá o Plano de Trabalho do ACT materializando este planejamento.

**Nota Explicativa 2:** O adequado planejamento traz maior segurança nas condutas de cada um dos partícipes (Administração Pública Federal e órgão/ente aderente), assim como facilita a realização de fiscalização pelos demais órgãos de controle interno e externo. Se este instrumento for elaborado de forma correta, planejada e detalhada, bastará aos partícipes cumpri-lo para garantir o sucesso do ajuste.

**Nota Explicativa 3**: Estando presente esta cláusula, as subsequentes deverão ser renumeradas.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES (rol não exaustivo)**

**2.1. DAS OBRIGAÇÕES COMUNS**

1. cumprir as atribuições próprias para fins de cumprimento do objeto deste Acordo;
2. disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio, quando necessário;
3. permitir o livre acesso a agentes da Administração Pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
4. manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527, de 2011 - Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
5. observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo;
6. obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, se for o caso;
7. responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio do outro partícipe, quando da execução deste Acordo; e

h) promover ações que visem ao cumprimento do ACT nº XX/20XX.

**Nota Explicativa:** A hipótese abarca o objeto descrito no art. 11 da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024, onde o Acordo de Adesão poderá ser utilizado no caso de “*eventual acordo de cooperação técnica celebrado, cuja execução tenha previsão ou necessite da adesão de outros partícipes*”.

i) executar o disposto no Plano de Adesão/Norma Jurídica (*informar qual o normativo*) relativo aos objetivos deste Acordo;

**Nota Explicativa:** A hipótese pressupõe que seja anexado, como parte integrante deste Acordo, o documento que materialize o planejamento de execução da parceria, na forma, por exemplo, de um Plano de Adesão de ou de uma norma jurídica específica.

**2.2. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO OU ENTIDADE RESPONSÁVEL PELA POLÍTICA PÚBLICA**

a)

b)

c) ....

**2.3. DAS OBRIGAÇÕES DO ADERENTE**

a)

b)

c) ....

**Nota Explicativa:** Poderão ser detalhadas obrigações específicas do partícipe aderente, que não se encontram especificadas em outro documento, como Plano de Trabalho de Acordo de Cooperação Técnica, Plano de Adesão ou, ainda, em norma jurídica.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES GERAIS**

**3.1.** **Da cooperação mútua**. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

**3.2.** **Dos recursos humanos.** Os recursos humanos utilizados, em decorrência das atividades deste Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação, não acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe e não implicarão cessão de servidores.

**3.3.** **Dos** **recursos financeiros**. Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes, e as despesas necessárias à execução do presente Acordo correrão por conta das dotações específicas constantes nos respectivos orçamentos.

**3.X. Dos direitos intelectuais** **(*quando couber*).** Os direitos intelectuais, decorrentes do presente Acordo, integram o patrimônio dos partícipes, sujeitando-se às regras da legislação específica e, no caso de divulgação do produto, dependerá do consentimento prévio dos partícipes.

**3.4.** **Das alterações.** O presente Acordopoderá ser alterado, mantido seu objeto, devendo ser requerida nova anuência.

**3.5.** **Do encerramento.** O presente Acordopoderá ser por extinto:

**3.5.1.** por **advento do termo final**, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;

**3.5.2.** por **consenso** dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado;

**3.5.3.** por **denúncia** de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando o parceiro com antecedência mínima de XX dias; e

**Nota Explicativa**: A notificação do outro partícipe deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 17, III, Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024).

**3.5.4.** por **rescisão** a qualquer tempo, por qualquer dos partícipes, devidamente justificada, mediante comunicação formal com antecedência mínima de XX dias, quando houver descumprimento de obrigação, ou na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto.

**Nota Explicativa**: A notificação do outro partícipe, mediante comunicação formal, deverá ocorrer com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 17, IV, Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024).

**3.6. Da vigência.** O prazo de vigência deste Acordo será de XX meses/anos a partir da assinatura eletrônica, podendo ser prorrogado, mediante a celebração de aditivo.

*OU*

O presente Acordo de Adesão irá viger por período indeterminado, até seu encerramento por comum acordo entre os partícipes, denúncia ou rescisão.

**Nota Explicativa 1**: Nos termos do parágrafo único, do art. 14, inciso III da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024, a vigência do Acordo de Adesão poderá ser por prazo indeterminado. Vale lembrar que a vigência indeterminada deve ser justificada e fundamentada pelo gestor, demonstrando, com base no objeto do Acordo de Adesão e no interesse público, as razões da previsão inicial de prazo indeterminado.

**Nota Explicativa 2**: Havendo prazo de vigência, este deve ser fixado guardando compatibilidade com o necessário à execução do objeto acordado, que, todavia, não se limita ao prazo de 10 anos previsto no art. 107 da Lei nº 14.133/2021 (ON AGU nº 44, de 2014).

**Nota Explicativa 3**: Na **hipótese de adesão em um Acordo de Cooperação Técnica** já existente (art. 11, parágrafo único, III, da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024), o Acordo de Adesão terá a vigência limitada à vigência do Acordo de Cooperação Técnica.

**3.7. Da publicação.** Os partícipes deverão publicar o presente Acordo de Adesão na página de seus respectivos sítios oficiais na internet.

**Nota Explicativa**: Nos termos do art. art. 16, parágrafo único da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024, “*A publicidade dos acordos de adesão deverá ser feita pelos partícipes no seu respectivo sítio oficial*”.

**3.8.** **Da publicidade**. A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Adesão deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

**3.9.** **Da Conciliação e do Foro.** Os partícipes solicitarão a resolução de eventuais conflitos à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal da Advocacia-Geral da União. Não logrando êxito, elegem a Justiça Federal da Seção Judiciária do (Estado ou Distrito Federal) como foro competente para dirimir as questões decorrentes deste Acordo de Adesão.

Local/UF, XX de XXXX de 20XX

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

*Assinatura eletrônica do Partícipe Aderente*

*(nome e cargo)*

**Nota Explicativa**: Nos termos do art. 16 da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 2024, “*O acordo de adesão será assinado ou aceito eletronicamente somente pelo partícipe interessado na adesão*”.

**Obs.: As notas explicativas contidas no MODELO de MINUTA devem ser retiradas do texto após o ajuste das cláusulas.**